



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Gênero, Família, Políticas Públicas

Serviço Social e Teorias Feministas

Quéli Flach Anschau¹

Resumo: O presente texto perspectiva problematizar algumas questões da relação Serviço Social e Teorias Feministas. Apreendemos que a diversidade de feminismos e os equívocos quanto a compreensão e uso da categoria gênero, tem implicado em análises reducionistas e mais, contribuído para o afastamento da profissão das lutas por igualdade de gênero, quando no exercício da garantia de proteção social. Como agentes que atuam na esfera das políticas sociais, na garantia de direitos, no enfrentamento às violências, importa aos assistentes sociais reconhecerem a articulação dos princípios profissionais com os princípios e defesas do feminismo materialista e crítico.

Palavras-chave: Feminismos, Gênero e Serviço Social.

Abstract: The present text perspective problematizar some questions of the relation Social Work and Feminist Theories. We understand that the diversity of feminism and the misunderstandings regarding the understanding and use of the gender category has led to reductionist analyzes and more, contributed to the removal of the profession of the struggle for gender equality when exercising the guarantee of social protection. It is important for social workers to recognize the articulation of professional principles with the principles and defenses of materialistic and critical feminism as agents acting in the sphere of social policies, guaranteeing rights and coping with violence.

Key-words: Feminisms, Gender and Social Work

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGSS/UFSC. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar Sociedade, Família e Políticas Sociais – NISFAPS/UFSC. Email: qanschau@gmail.com.



1. INTRODUÇÃO

Os feminismos, assim denominados pela diversidade de análises e perspectivas, conservaram em comum em suas trajetórias, a luta pela libertação e igualdade das mulheres. É inegável a força dos movimentos feministas ao longo da história, a tal ponto, que as contradições que cada grupo apresenta mais enriquece a produção acadêmica e a luta do que as segmenta. Prova disso são os levantes públicos mobilizados pelas mulheres e vasta produção acadêmica dos últimos anos.

Entendemos que nos encontramos num emaranhado de vertentes que nem sempre permitem apreensão de uma perspectiva teórica clara. Com a definição do gênero enquanto categoria teórica em meados da década de 1980, aparentemente havia se tornado mais fácil discutir as opressões das mulheres via categoria gênero do que lançar mão dos ferrenhos entraves que as feministas marxistas e socialistas desencadearam, questionando a insistente diluição da categoria opressão pela exploração no debate dos marxistas. Este momento suscitou escritos feministas afirmando ser o feminismo e o marxismo um casamento infeliz na história. Essa questão teve fortes rebatimentos no Serviço Social, considerando o seu desenvolvimento pautado na teoria social crítica, especialmente com a teoria marxiana.

Intentamos problematizar o como esta profissão apreende e utiliza a categoria gênero e as teorizações feministas enquanto compromisso ético político. Como nasce essa relação e quais seus dobramentos na prática profissional são alguns elementos que este artigo apresta, com vistas a construir algumas reflexões e torno das questões contraditórias que o feminismo, a profissão e a categoria gênero apresentam.

2. SERVIÇO SOCIAL E FEMINISMO CRITICO

A relação Serviço Social e feminismo é contemporânea, considerando as bases conservadoras que teve a profissão, o diálogo se fortaleceu quando na construção do projeto societário por parte da profissão, momento que a profissão lança mão de vários dos paradigmas e conceitos feministas que estão e relação com marxismo. No que tange a produção do conhecimento a interação ainda é tímida, especialmente no eixo do exercício profissional, acreditamos que este fato se deva devido as muitas teorizações feministas, mas também, pelo fato da entrada da categoria gênero no cenário das análises feministas, que conforme o olhar fortalece as análises ou as fragiliza. As contribuições de autoras feministas na produção bibliográfica da área de Serviço Social aparecem vinculadas ao debate da



política social, quando na análise de categorias como cuidado, trabalho doméstico, políticas conciliatórias, ou problematizando questões de gênero, da divisão sexual do trabalho, produção e reprodução.

Inácio (2010) ao mapear as produções do Serviço Social na relação com feminismo, afirma haver uma lacuna quanto à consolidação de um referencial feminista emancipatório no Serviço Social e no âmbito do Projeto Ético Político. Para ela, esta questão deixou implicações sérias à profissão no âmbito da prática, legitimando valores conservadores no exercício profissional até uma aversão ao feminismo. Segundo dados fornecidos pela pesquisadora em questão, resultado da análise das comunicações orais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) que compreenderam de 1995 a 2007, do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) de 2006 e da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social em 2007, apenas uma comunicação oral em cada congresso fora registrada sob o tema Feminismo e Serviço Social (INÁCIO, 2010).

Segundo dados da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social/ ABEPESS, entre as grandes áreas de estudo e pesquisa, a pesquisa social tem relevância, e nesta, a literatura tem se concentrado em torno das análises enquanto políticas sociais no Estado capitalista (Bering, 2007, Neto, 1998). Em análises sobre os diversos interesses do capitalismo em relação ao uso do Estado e comando das políticas sociais, as feministas deflagram a associação do capitalismo e patriarcalismos, cuja expressão concreta consiste em cooptar pautas feminista.

Quando, seja no âmbito da violência contra a mulher, seja no trabalho social com famílias ou em qualquer outro processo da totalidade da vida social, os (as) assistentes sociais intervêm sobre as várias expressões da questão social, e, dentre elas está a apropriação capitalista do patriarcado² para legitimar as desigualdades de gênero como processo natural, e, a sociabilidade burguesa familiar e de consumo como único modo possível nessa ordem, corroborado por políticas sociais que tomam a família como responsável por sua proteção e dentro dela as desigualdades de gênero sejam perpetuadas.

Observa-se que o Serviço Social reconhece o debate feminista, especialmente quando vem a público, temas como violência contra a mulher, que implica na definição e desenvolvimento de políticas de atendimento, ou seja, motivando pela demanda do e no exercício profissional. Na produção do conhecimento temos várias interpelações com os

² Com relação ao conceito de patriarcado há muitas divergências entre as feministas. Para este trabalho lançamos mão das observações de Saffioti (1986) que constrói um conceito amplo de patriarcado. Para ela, o patriarcado se constitui num sistema histórico que subordina a mulher ao homem, mas, com o advento do capitalismo, sofreu uma simbiose com este último, ou seja, patriarcado e capitalismo são duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, observa autora que não se trata de dois sistemas justapostos e ou interdependentes, auxiliando-se mutuamente, mas mantendo cada um deles sua autonomia relativa. Neste sentido, para ela, o patriarcado não se resume a um sistema sociopolítico-ideológico, mas apresenta também uma forte dimensão econômica e juntos formam sistema de dominação social, cultural, político e econômico.



escritos e análises feministas, no entanto, é situação recorrente, os escritos da profissão lançarem mão das análises de gênero, que segundo Costa (1998) estão carregadas de armadilhas liberais, em detrimento de matrizes feministas críticas. Dentre elas, a insistência em uma análise binária, que não considera historicamente a interseções desta categoria com outras como: de raça e de classe, como sugeriu Scott (1982), desconsidera-se desta forma toda e qualquer dimensão materialista e dialética das relações sociais e da categoria em questão .

Nas análises de gênero, que eclodem na década de 80, foi incorporado o debate das identidades e simbolismos, conduzindo a análise para uma hegemonia da perspectiva culturalista em detrimento às questões materiais, desconsiderando os determinantes da totalidade da vida social (CISNE, 2014). Segundo esta autora, as opressões de gênero são analisadas descoladas da exploração de classe e ou das estratégias capitalistas patriarcais de construção de papéis sociais, descolando muitas vezes do sujeito em questão: a mulher. Por isso Costa (1998) vem chamando este movimento de “O tráfico do gênero”.

Considerando que a categoria gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça/etnia, orientação sexual, geração, é preciso reconhecer que a categoria gênero, assim como outros conceitos, está eivado de contradições, controvérsias e ambiguidades. Por isso avançar nas análises teóricas é imprescindível para fomentar uma compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres. É neste sentido que Saffioti (2004) propõe uma releitura do gênero, articulando-o ao conceito de patriarcado numa composição político-ideológico, que se retroalimenta com e pelo sistema capitalista utilizando o fio que tece as relações de classe social, raça/etnia e gênero.

Além da complexidade desta análise, a profissão ao inves de se aproximar das teorizações feministas críticas, mais as afastou, com base, no argumento que o casamento com marxismo tornou incapaz de oferecer uma reflexão sobre a questão das desigualdades de gênero. Argumento que não se sustenta pois parece inegável que para ocorrer um processo de formação da consciência militante feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista é preciso passar pela análise do projeto societário feminista/socialista em oposição ao patriarcal/capitalista (CISNE, 2014).

A identidade da profissão com as lutas feministas enquanto projeto indentitário ou societário ainda é tímida, mesmo sendo uma profissão composta majoritariamente por mulheres e tendo sua intervenção conectada com as políticas sociais, ações que dão materialidade a proteção social que é um campo importante do debate feminista, no que concerne às críticas ao Estado. Uma questão preocupante desta relação é que o projeto ético político do serviço social brasileiro, apesar de hegemônico não é homogêneo. Isto tem corroborado para que os princípios éticos da profissão sejam comprometidos quando no fazer profissional e, frente ao avanço do conservadorismo que também afeta a profissão, os



valores coletivos podem estar ameaçados se não estiverem em constante relação com as lutas sociais ou pelo menos no reconhecimento destas.

Neste sentido, entende-se que a relação entre o serviço social e feminismos crítico é um movimento imprescindível à categoria profissional, tanto no que diz respeito ao movimento político, quanto ao que concerne a produção do conhecimento e considerando a diversidade de feminismos, é preciso criar bases materialistas e conceituais de apropriação do feminismo, no sentido de referenciar sobre o qual delas a profissão se movimenta.

O capitalismo desde sua constituição vem gerando estratégias de cooptação de pautas sociais críticas sem o devido conteúdo de sua criticidade, e mais, criando alienação quanto ao debate, não raro ouvimos reproduções conservadoras de aversão e diminuição dos movimentos feministas. Desqualificação conveniente ao capital uma vez que ao longo da história, foram as mulheres que mais levantaram bandeiras críticas acerca das garantias de bem estar e reivindicação de estratégias de proteção social.

Aferimos a partir de Esping Andersen (1991), Pereira-Pereira (2009), Pereira (2015), Franzoni (2007), Miotto (2009) que mesmo admitindo as peculiaridades contextuais de cada sistema/regime de proteção social, boa parte deles tem usado a família como agente executor de proteção, e, no interior dela, legitimado a exploração das mulheres, exatamente como denunciava as feministas.

Particularmente Camila Potyara Pereira (2015) no seu estudo sobre as teorias e ideologias da proteção social no capitalismo, aponta que ambientalistas e feministas estiveram presentes no debate crítico acerca das ações de Proteção Social e indica que são contribuições importantes para uma compreensão totalizante da proteção social no capitalismo, mas, por questão de escolha metodológica não apresenta quais foram as contribuições.

As feministas, dentre elas as historiadoras brasileiras, as economistas espanholas e italianas, há muito reconhecem a existência de uma proteção social ampliada, e problematizavam o quanto a solidariedade, oriunda dos valores morais, nunca foi de responsabilidade pública e sim da família, e dentro dela, da mulher. No contexto contemporâneo, mesmo com sistemas de proteção estatais, a família não saiu de cena. Carrasco (2005) reflete que é o trabalho não remunerado da família, ou trabalho familiar de acordo com Saraceno (1996), que tem historicamente sustentado a vida cotidiana e tem agido como uma “mão invisível” de proteção, garantindo a produção.

Se considerarmos a devida articulação entre produção e reprodução da vida, concordamos com Carrasco (2005) e Saraceno (1996) que todas as atividades familiares são trabalho, pois para estas autoras nem todo trabalho se realiza no âmbito do mercado e sob sua lógica, mas este seria um pontapé de um debate que perpassa pela ideologias e opressões de gênero.



Nestes termos, a família é considerada instância de provisão de bem-estar social, posto como agente de proteção e não como sujeito a ser protegido. O debate acerca do campo da reprodução, como atividade não assalariada deve ser uma apreensão, mas o que esta implicado nesta discussão é uso, a apropriação dos determinantes desta esfera para acumulação capitalista usando a seu favor a desigualdade de gênero perpetuando a divisão sexual do trabalho como estratégia opressora. Lembramos de antemão que partilhamos das reflexões de Saffioti (1984) quanto à natureza do trabalho doméstico e as intencionalidades do capitalismo, para ela, delegar a mulher o espaço privado das atividades domésticas é enfrentar a concorrência dos postos de trabalho, não necessariamente só a exploração.

Para Pereira (2015), o debate da reprodução social, cuja interferência do Estado é determinante, tem sido um debate secundário, ou relegado ao campo da cultura. Com este olhar, o papel de outras instituições, em especial acerca dos usos e desproteção da família e dentro delas das mulheres, não se evidenciam.

Acreditamos que este cenário se constrói como estratégia ideopolítica do capitalismo com vistas à acumulação e, tem a proteção social como um de seus caminhos, em que a família é cooptada como instituição encarregada em articular elementos da esfera pública e privada do Mercado e do Estado, mas no limite da subalternidade de classe e na reprodução das subalternidades de geração e gênero. Foi com este tom, que as feministas ao longo da história denunciaram o sistema capitalista e as ações do Estado, corroborando a teoria unitária que recentemente argumentou Arruza (2017).

É preciso situar que a crítica ao modelo de dominação-exploração (SAFFIOTI, 1992, 193) não é mérito de todas as perspectivas, e que esta crítica nasce no seio de movimentos sociais cuja diversidade e a dominação era diluídas em uma luta maior, a luta de classes. Sabedoras que as categorias marxistas seriam as únicas a dar luz a exploração estrutural do capitalismo, algumas feministas marxistas e socialistas francófonas, se apropriam de categorias marxistas e lançam análises diferenciadas sobre elas no sentido de reconhecer a dominação da mulher.

Para as feministas materialistas o Estado age como regulador da vida privada, acentuando a divisão sexual do trabalho e fomentando ideologias de desigualdades de gênero. Criou estratégias de um falso protagonismo, como é o caso de indicar as mulheres como principais agentes de respostas as políticas sociais, como da cidadania igualitária, disseminando uma sociabilidade em que a família ideal deve responder a modelos de família nuclear burguesa em suas responsabilidades.

Na esteira do pensamento de Orozco (2015, 2014, p. 43) é importante ressaltar que o econômico também constrói as desigualdades de gênero. Porquanto, as dinâmicas materiais de mercado têm relação com as dinâmicas de desigualdade, a primeira produz a segunda. No entanto, a relação que sustenta o Mercado e Estado na cena contemporânea



vem sendo a família. Reconhecer este movimento implica em percorrer um caminho que desvela a gênese, primeiro da produção de desigualdade de classe, segundo, das desigualdades de gênero e terceiro a expropriação da família no trabalho familiar, a exemplo do cuidado.

Acreditamos que ao reconhecer a materialidade das opressões engendradas no cotidiano dos sujeitos como processo de legitimação da subalternidade de classe (YASBEK, 2003), para a profissão é desvelar as bases da sua contraditória existência e auxiliar em um olhar crítico para as expressões da questão social frente ao direcionamento condicionante das Políticas Sociais, maior espaço interventivo da profissão.

Porquanto, importa ao Serviço Social apreender e analisar mais a fundo estes temas que subsidiam o exercício profissional, pois consistem nas bases teóricas para avançar no debate das expressões da questão social, marcadas historicamente pelas opressões e desigualdades de gênero.

Porquanto se há uma vinculação do projeto profissional com a classe trabalhadora mediado por valores éticos políticos, deveria já estar conectado com as teorias e lutas feministas de forma mais “clara”. O reconhecimento das críticas das feministas socialistas marxista, tratadas no conjunto como feminismo crítico, desencadeadas aos modelos de proteção social e a sociabilidade capitalista é um imperativo à profissão nesse quadrante histórico. Servirá tanto para uma apreensão crítica das relações sociais e suas múltiplas determinações, quanto para um reconhecimento quanto à condição imposta pela divisão sexual do trabalho a todas as mulheres.

Acreditamos que nesse caminho importa reconhecer: Quais as contribuições geradas no campo dos estudos feministas, no âmbito da teoria social crítica, acerca da proteção social que possibilita aos assistentes sociais compreenderem os processos implicados no campo da reprodução social que é o palco da intervenção profissional? Ainda, considerando a diversidade dos estudos e escritos feministas é necessário mapear a partir de que categorias teóricas as feministas que constroem essas contribuições no sentido de reconhecer: Quais as bases estabelecidas nos estudos feministas que permitem o diálogo com o projeto ético-político do Serviço Social?

Consideramos que na grande maioria das conjunturas as críticas feministas apesar de reveladoras, não tiveram o eco fiel da sua criticidade. Ao invés de provocarem ações de libertação das mulheres quanto à opressão de sexo e social, em muitas situações foram usadas para reafirmaram obrigações femininas historicamente já delegadas às mulheres, como cuidado de crianças e adultos, doentes físicos e mentais, da família de forma geral e até de grupos de convívio (OROZCO, 2014, CARRASCO, 1997, PATEMAN, 1993, SAFIOTI, 1976, CISNE, 2014, SARACENO, 1996). Temos elementos para reconhecer que o forte apelo para a família se fazer presente nos espaços de execução de políticas sociais e ser ela a



centralidade das ações se acentua exatamente na conjuntura em que há uma retração do Estado no que tange ao seu papel de executor da proteção social, considerações tecidas por Esping Andersen (1991).

As análises macrossocietária, segundo as feministas são frágeis, pois não reconhecem ou não desvelam as interfaces do cotidiano vivido, em que se dá a exploração e as opressões. Sem esta imersão problematizadora nas relações da reprodução social da vida dos sujeitos, a família não é reconhecida como aparato do Estado, ela se constitui cumpridora do seu dever social e não extensão do Estado e ainda, é responsabilizada pelo não êxito protetivo dos seus membros, legitimando assim, uma dupla exploração.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por considerar que as desigualdades entre homens e mulheres, são concretas e advém das relações estruturais de dominação e não só da dimensão cultural, como defendem as perspectivas pós-estruturalista e pós-moderna, é que argumentamos no sentido de que este tema é relevante ao exercício profissional do Assistente Social.

As mulheres na luta, que se desdobram na academia e militância, e acentue-se aqui, as feministas materialistas, concordam que o capitalismo não pode ser compreendido em sua totalidade se não for abordado do ponto de vista dos oprimidos históricos, mulheres, escravos, operários, colonizados. Ao mesmo tempo, ao discutir a reprodução social alertam para as várias facetas que o capitalismo criou. Neste sentido, apreender as inferências quanto as funções do Estado é um exercício indispensável uma vez que para operar as mudanças estruturais, o capitalismo vem investindo no Estado como regulador e controlador da força de trabalho, transformado em agente de bem estar.

Nessa análise, a grande questão é apreender que nesse movimento, a reprodução social vem sendo transformada em uma oportunidade de acumulação, o trabalho do cuidado e outros tantos estão no mercado e em meio a esse cenário, as políticas sociais são requeridas como direitos, imbricadas de correlação de força e potencial ideológico sexista que precisa ser apreendido por seus operadores nos sentido de reconhecer a manutenção das desigualdades imbricadas nas estratégias de proteção social.



4. Referências Bibliográficas

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. Outubro Revista, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2017.

ADELANTADO. José. Reflexionando sobre las relaciones entre política social y estructura social (2000).

BEHRING, Elaine Rossetti. Política social no capitalismo tardio. - 3. Ed. - São Paulo: Cortez, 2007.

Carrasco, Cristina et al. (1997). Mujeres, trabajos y políticas sociales: una aproximación al caso español. Estudios, n. 51, Madrid: Instituto de la Mujer.

COSTA, Claudia de Lima. As Teorias Feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. Rev. Est. Fem. 8 (2000/2).

DI GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: Oliveira, Marco Antonio de (Org.). Reformas do estado e políticas de emprego no Brasil. Campinas (SP): UNICAMP. IE, 1998.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. IN: Lua Nova. 24, 1991.

FRASER, Nancy. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*. Minneapolis: University of Minesota Press. (2004)

FRANZONI, Juliana M. Regímenes del Bienestar em AméricaLatina Madri, Fundacion Carolina, 2007.

MACHADO, Lia Zanotta. Campo Intelectual e Feminismo, Série Antropologia nº 170, Brasília, UnB, 1998

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998.

INÁCIO, Mirian de Oliveira. A relação entre “Projeto Feminista Emancipatório” e Projeto Ético-Político do Serviço Social: repercussões no enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil. Artigo apresentado no IX Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis, 2010.



OROZCO, Amaia Pérez. SUBVERSIÓN FEMINISTA DE LA ECONOMÍA. APORTES PARA UN DEBATE SOBRE EL CONFLICTO CAPITAL-VIDA, Traficantes de Sueños. Mapas. Madrid, 2014 (306 pp.).

PATEMAN, C. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULILO, M. I. Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista de Estudos Feministas*, v. 18, n. 3, p. 927-940, 2010.

PEREIRA, Camila Potyara. *Proteção social no capitalismo: contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes*. Brasília, 2013. Tese (Doutorado em Política Social). Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília.

PEREIRA e PEREIRA, Potyara. A. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: MIONE, Apolinário; MATOS, Maurilio Castro de Leal, Maria Cristina (Orgs). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SAFFIOTI, H. J. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976, 384p.

SARACENO Chiara. A dependência construída e a interdependência negada: estruturas de gênero da cidadania. In: *O dilema da cidadania*. BONADRI, G; GROPPI, A (Orgs.). São Paulo: Unesp, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. IN: *Mulher e realidade: mulher e educação*. Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Outubro Revista*, n. 23, p. 33-58, 2015. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2017.